

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.098 - SP (2019/0296056-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUÍS CÉSAR ROSSI FRANCISCO - SP227133
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUSTAVO GOMES DOS SANTOS FREITAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado pela Defensoria Pública em favor de GUSTAVO GOMES DOS SANTOS FREITAS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 1502170-48.2019.8.26.0536).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante, em 21/5/2019, pela suposta prática de um roubo, em concurso de agentes, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, ocorrido em uma residência.

Contra essa decisão, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando falta de fundamentação para o decreto preventivo. O Tribunal, contudo, denegou a ordem (e-STJ fls.48/52).

Na presente oportunidade, a defesa reafirma a falta de fundamentação idônea do decreto preventivo, ressaltando ser o paciente primário e portador de bons antecedentes.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a concessão da liberdade provisória do paciente, para que responda ao processo em liberdade.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Superior Tribunal de Justiça

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, ao decretar a prisão preventiva do paciente, o Juízo de primeiro grau considerou relevante a gravidade da conduta e o risco de reiteração delitiva. Veja-se o teor (e-STJ fls. 38/ 39 – grifei):

(....)

Segundo consta, o réu foi preso em flagrante delito pela suposta pratica de um roubo, em concurso de agentes, com emprego de arma de fogo, ocorrido na residência, situada na Rua Eurico Gaspar Dutra, bairro Cidade Náutica, em São Vicente.

O réu foi preso em flagrante delito pela suposta pratica de roubo mediante grave ameaça, exercida com emprego de arma de fogo.

A materialidade do delito está demonstrada pelo auto de prisão em flagrante, boletim de ocorrência, auto de exibição e apreensão e avaliação.

De outra parte, as declarações e auto de reconhecimento pessoal indiciam suficientemente autoria.

Nesse contexto, presente se afigura o fumus comissi delicti, caracterizado pela conjunção da materialidade do delito com os indícios suficientes de autoria, pressupostos previstos no art. 312, caput, do Código de Processo Penal.

Hipóteses legal e fática de cabimento [periculum libertatis].

O crime noticiado capitula-se, em tese, à figura prevista no tipo legal descrito no art. 157, §2º, II, e §2º-A, I, e art. 329, todos do Código Penal, cuja pena máxima em abstrato supera quatro anos, admitindo, portanto, prisão preventiva [CPP, art. 313, I], estando igualmente presente a hipótese fática de cabimento [periculum libertatis], consistente na garantia da ordem pública.

A garantia da ordem pública justifica a excepcionalidade da prisão preventiva quando, sob o crivo da probabilidade, apontarem elementos objetivos a possibilidade da reiteração da prática criminosa pelo acusado se solto e/ou que o fato demonstra periculosidade concreta [do agente ou do fato].

O fato delituoso noticiado tem especial desvalor, revelando-se concretamente perigoso, porque praticado em concurso de agentes, com emprego de arma de fogo e disparo contra

Superior Tribunal de Justiça

autoridade militar do Estado.

Não bastasse, bem ressaltou o Ministério Público que “ouvido informalmente pela Autoridade Policial, GUSTAVO afirmou ter sido o responsável por manter a vítima Sidnei sob a mira da arma de fogo. Afirmou, ainda, que praticavam constantemente crimes de roubo a veículos e vendiam por R\$ 1.000,00 a indivíduo que tentavam localizar (cf. fls. 07)” [fls. 54]

(....)

Destarte, atentando-se aos critérios de proporcionalidade previstos no art. 282 do Código de Processo Penal, é imperioso reconhecer sua inclinação à reiteração criminosa, em detrimento da ordem pública (CPP, art. 312), sendo cabível a necessária prisão preventiva na espécie (CPP, art. 313, I), por não se revelar alternativa suficiente sua substituição por medida cautelar diversa (CPP, art. 282, §6º).

Efetivamente, "A garantia da ordem pública, para fazer cessar a reiteração criminosa, é fundamento suficiente para a decretação e manutenção da prisão preventiva" (RHC n. 55.992/SP, Relator Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 19/3/2015, DJe 16/4/2015).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **indefiro** o pedido liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator